



CONTRATO Nº 030/SUB-EM/CPO/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 6036.2022/0001364-7

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE Nº 015/SUB-EM/2022

CONTRATANTE: SUBPREFEITURA ERMELINO MATARAZZO

**CONTRATADA: AMARAL MODESTO, ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES
LTDA**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE
REVITALIZAÇÃO DE ESCADARIA E CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE
CHUVA - RUA GOVERNADOR ANCHER, ALTURA DO Nº 168 - DISTRITO
DE ERMELINO MATARAZZO**

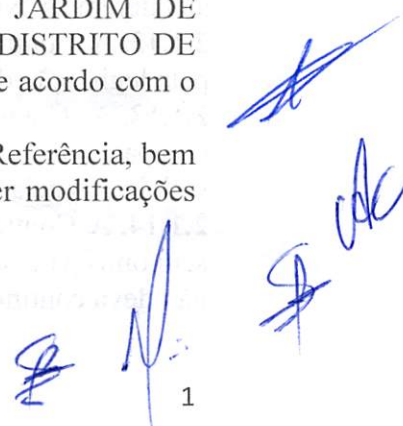
**VALOR TOTAL: R\$ 242.479,78 (Duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos
e setenta e nove reais e setenta e oito centavos)**

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado a Subprefeitura Ermelino Matarazzo, da Secretaria Municipal das Subprefeituras, da Prefeitura do Município de São Paulo – CNPJ nº 05.612.822/0001-47 situada na Av. São Miguel, 5.550, Jd. Cotinha, CEP: 03870-100, São Paulo - Capital, neste ato representada pelo Subprefeito, o Senhor Joel Bomfim da Silva, adiante designada apenas CONTRATANTE e, de outro, a empresa **AMARAL MODESTO ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ nº **34.223.533/0001-54**, estabelecida na Rua Irmãos Leme, 178 Fundos – Tatuapé - São Paulo, SP CEP 03313-030, telefone nº (11) 95922-6533 – e-mail: comercial@amaraleng.com.br, neste ato representada pelo Sr. Nelson Ricardo Calvo Amaral, RG. 49.381.078-X e C.P.F. nº 397.529.628-31, solteiro, residente e domiciliado à Rua Luís Caminha e Menezes, 136 – Burgo Paulista - São Paulo, SP CEP 03681-040, adiante designada apenas CONTRATADA, declarou esta última, perante as testemunhas no final assinadas, que se obriga a executar o objeto do presente contrato, em consonância com o despacho proferido nos autos do Processo Eletrônico SEI nº 6036.2022/0001364-7, sujeitando as partes contratantes aos termos da Lei Municipal nº 13.278/02, do Decreto 46.662/05 e Decreto nº 44.279/03 e da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e demais normas aplicáveis, bem como pelas cláusulas abaixo.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui-se em objeto deste a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DE ESCADARIA E CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE CHUVA - RUA GOVERNADOR ANCHER, ALTURA DO Nº 168- DISTRITO DE ERMELINO MATARAZZO, obrigando-se a contratada a executá-los de acordo com o Edital que serviu de base à licitação e seus anexos.

1.1. Fica fazendo parte do presente à proposta da Contratada, Termo de Referência, bem como a Ordem Início dos Serviços e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ocorrer.





2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

2.1. Compete à CONTRATADA:

2.1.1. Manter na direção dos trabalhos prepostos aceitos pela contratante;

2.1.2. Refazer, às suas expensas, os serviços realizados em desacordo com o estabelecido neste instrumento;

2.1.3. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, bem como por todas as despesas necessárias à realização dos serviços, custos com fornecimento de equipamentos, ferramentas, mão-de-obra e demais despesas diretas e indiretas;

2.1.4. Responder pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho devendo exigir de seus empregados o uso de equipamento de proteção individual;

2.1.5. Realizar os serviços objeto do contrato, de acordo com as diretrizes traçadas pela Administração, observando:

- As normas técnicas e posturas legais pertinentes;
- As condições prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- Número e categoria profissional do pessoal;
- Consultas à contratante;
- Respostas às interpelações da fiscalização da contratante e,
- Outros fatos que, a juízo da contratada, devam ser objeto de registro.

2.1.6. Fornecer, no prazo estabelecido pela contratante, os documentos necessários à lavratura de Termos de Recebimento Provisório e / ou Definitivo, e eventuais Termos Aditivos, sob pena de incidir na multa estabelecida na subcláusula 8.1.2 deste instrumento;

2.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

2.1.8. A contratada deverá providenciar toda a sinalização necessária nas vias públicas nos casos em que a execução dos serviços intervier no trânsito de pedestres e/ou veículos, bem como para o isolamento da obra;

2.1.9. A Contratada deverá entregar o local de prestação de serviços de revitalização totalmente limpo;

2.1.10. Deverão ser executados os retoques onde se fizer necessário, sendo a revitalização considerada terminada, somente após a verificação dos serviços executados.

2.1.11. A Contratada deverá disponibilizar pessoal, equipamento, ferramentas e o que mais se fizer necessário para a execução integral dos serviços, devendo os equipamentos, combustível, veículos e ferramentas estarem em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a Contratada a substituir aquelas que não atenderem às exigências.

2.1.12. A Contratada deverá fornecer equipamentos que atendam as normas exigidas pela legislação de trânsito.

2.1.13. A Contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso dos equipamentos de segurança previstas na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização.

2.1.14. A Contratada deverá afastar ou substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a PMSP, qualquer funcionário seu que, por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

2.1.15. A empresa contratada deverá observar, no que couber, durante a execução contratual, os critérios de sustentabilidade ambiental.

2.1.16. Para fins de fiscalização é necessário que independentemente da frente de trabalho utilizada, ela seja informada ao fiscal o contrato, com dados como: RG, CPF, CREA ou outro registro de classe equivalente, e indicação da forma do vínculo empregatício, seja ele, sócio, celetista ou contrato de prestação de serviços de pessoa física – RPA.

2.2. Compete à CONTRATANTE, por meio da Fiscalização, que será exercida pela Subprefeitura de Ermelino Matarazzo:

2.2.1. Fornecer à contratada todos os elementos indispensáveis ao início dos trabalhos;

2.2.2. Esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;

2.2.3. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;

2.2.4. Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

2.2.5. Promover, com a presença da contratada, as medições dos serviços efetuados e encaminhar a documentação pertinente para pagamento;

2.2.6. Transmitir, por escrito, as instruções sobre eventuais modificações, suas especificações, prazos e cronograma;

2.2.7. Solicitar parecer de especialista em caso de necessidade;

2.2.8. Acompanhar os trabalhos desde o início até a sua aceitação definitiva, em observância às especificações constantes no Anexo I;

2.2.9. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que as regem.

2.3. A contratada é responsável pelos danos causados à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização, ou acompanhamento, pela contratante, do desenvolvimento dos serviços objeto deste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1. Os preços unitários contratuais para a execução dos serviços objeto do presente contrato, são os valores constantes da proposta da contratada, que integra este instrumento.

3.2. O preço total dos serviços ora contratados importa em : **R\$ 242.479,78 (Duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos)**, que compreende todos os custos necessários à execução dos serviços objeto desta contratação, inclusive os referentes a seguros, despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos necessários à sua execução de modo que nenhuma outra remuneração seja devida à contratada além do valor ora estipulado.

3.3. Os preços para a execução dos serviços extracontratuais, que não estejam previstos no orçamento integrante do contrato poderão ser compostos de comum acordo, levando-se em consideração a taxa de BDI ofertada.

3.3.1. Na retroação, à data-base do contrato, de preços de serviços não previstos no orçamento integrante do contrato e compostos para fins de aditamento, será utilizado, como defletor, o índice contratual definitivo relativo ao mês em que se deu a composição.

3.3.2. A não-disponibilidade de índice definitivo autoriza a utilização de índices provisórios - quer os divulgados pela Secretaria das Finanças e Desenvolvimento Econômico, quer os estimados pela Origem - apenas em caráter precário, devendo o

termo de aditamento respectivo conter cláusula de adequação dos preços compostos, tão logo seja divulgado o índice oficial.

3.3.3. Alternativamente ao procedimento de retroação, sempre é facultado à Administração, desde que possível, compor preços na data-base do contrato, valendo-se, para tanto, das tabelas de insumos da Prefeitura vigentes à época, consoante orientação do Egrégio Tribunal de Contas do Município de São Paulo, publicada no Diário Oficial do Município de 14.08.97.

3.3.4. De acordo com a legislação vigente, os preços contratuais e extracontratuais não serão reajustados.

3.3.5 Os preços unitários contratuais para a execução dos serviços, objeto da pretensa contratação serão os valores constantes da Tabela de Custos Unitários de **SIURB / EDIF Tab.68 – Jan/2022**. O valor total desta contratação esta prevista na Planilha de Orçamento sob SEI 059786300.

3.3.6. Os custos unitários para a execução dos serviços deverão contemplar os mesmos itens, quantitativos e despesas diretas constantes na planilha proposta da PMSP, não sendo admitidas alterações em sua composição, devendo obedecer rigorosamente.

3.3.7. Não serão admitidos preços unitários ou totais superiores aos orçados pela PMSP, elaborados com base na tabela de **SIURB / EDIF Tab.68 – Jan/2022**.

3.3.8. De acordo com a legislação vigente, os preços contratuais e extracontratuais não serão reajustados.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento dos serviços executados será procedido mediante requerimento, com base em medição mensal, efetuada pela Fiscalização, com a apresentação da nota fiscal e fatura ou nota fiscal fatura, destacando, quando for o caso, o valor da retenção a título de “Retenção para a Seguridade Social”, nos termos da Lei nº 9.711, de 20/11/98 e da Instrução Normativa em vigor, do Instituto Nacional do Seguro Social.

4.1.1. A medição mensal deverá ser requerida pela contratada, junto ao protocolo da Unidade, a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos serviços.

4.1.2. A medição deverá ser liberada pela fiscalização, no máximo, até o oitavo dia a partir do requerimento previsto na subcláusula anterior.

4.1.3. Em caso de dúvida ou divergência, a fiscalização liberará, para pagamento, a parte incontestada dos serviços executados.

4.1.4. O valor de cada medição será apurado em função das quantidades dos serviços realizados no período, sobre os quais serão aplicados os respectivos preços unitários contratuais, conforme estabelecido na cláusula terceira do presente instrumento.

4.1.5. As medições deverão ser vistas pela contratada que, em caso de divergência, declarará as razões de seu inconformismo, sendo certo que, se procedente a reclamação, será a diferença apontada considerada na medição seguinte.

4.1.6. A medição final dos serviços somente será encaminhada para pagamento quando resolvidas as divergências, inclusive quanto a atrasos e multas relativos ao objeto do contrato.

4.2. A contratada deverá comprovar, mês a mês, os pagamentos das contribuições sociais, vinculando-se o pagamento da parcela mensal resultante da prestação dos serviços à apresentação das Guias de Recolhimento do INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de serviços (FGTS) quitados e da folha de pagamento vinculadas à Nota Fiscal/Fatura.

4.2.1. Os comprovantes mencionados acima deverão ser anexados aos respectivos processos de medição e pagamento, de acordo com o art. 71, parágrafo segundo, da Lei



Federal nº 8.666/93, art. 31, da Lei Federal nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei Federal nº 9.032/95 e Portaria SF 170/2020.

4.3. Estando em termos a documentação apresentada pela Contratada, o pagamento devido será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da apresentação do requerimento para pagamento, por crédito em conta corrente no Banco do Brasil S / A ou, excepcionalmente, no Departamento do Tesouro, a critério da Secretaria da Fazenda Municipal, nos termos da legislação vigente.

4.4. Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos serviços executados ou implicará em sua aceitação.

4.5. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, serviços em desacordo com o contrato, podendo, entretanto, recebê-los, justificadamente, desde que lhe convenha, com o abatimento do preço que couber.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E INÍCIO DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência do contrato será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da expedição da Ordem de Início dos Serviços, prorrogável nos termos da lei.

5.1.1. A contratada deverá iniciar os trabalhos antes de decorridos 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da Ordem de Início dos Serviços expedida pela contratante.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1. Sob pena de rescisão automática, a contratada não poderá transferir, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, exceto parte delas, desde que com o consentimento expresso da contratante.

6.2. Constitui motivos para rescisão deste contrato, independente da interpelação judicial ou extrajudicial:

6.2.1. O atraso injustificado no início dos trabalhos, por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, pela contratada, da respectiva Ordem de Início dos Serviços expedida pela contratante.

6.2.2. Cumprimento irregular das cláusulas, especificações ou prazos contratuais e / ou desobediências às determinações da Fiscalização, relativas aos trabalhos em andamento;

6.2.3. Lentidão no seu cumprimento, levando a fiscalização da contratante a pressupor que os serviços não serão concluídos no prazo contratual;

6.2.4. A paralisação dos trabalhos, sem justa causa e sem a prévia comunicação à contratante;

6.2.5. O cometimento reiterado de falhas na realização dos serviços;

6.2.6. A decretação de falência, o deferimento de recuperação judicial ou a instauração de insolvência;

6.2.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que a juízo da contratante prejudiquem a execução dos serviços objeto deste contrato;

6.2.8. A aplicação à contratada, ainda que em decorrência de falta cometida em outro procedimento administrativo, de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, nos termos do parágrafo único, do artigo 29 da Lei Municipal nº 13.278/2002;

6.2.9. O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem provisão de fundos, que, a critério da contratante, caracterizem a insolvência da contratada;

6.2.10. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade competente no processo administrativo mencionado no preâmbulo.

6.3. Em caso de pedido de recuperação judicial, será permitido à contratante manter o ajuste, assumindo o controle de determinadas atividades necessárias à sua execução, ou transferir a execução do remanescente do objeto do contrato a outra licitante, atendida a ordem de classificação e nas mesmas condições estipuladas.

6.4. Este contrato poderá ser rescindido ou suspenso, amigável ou judicialmente, quando ocorrerem qualquer das seguintes hipóteses:

6.4.1. Supressão, por parte da contratante de serviços que resultem em alterações do valor contratual além dos limites fixados em lei;

6.4.2. Não liberação por parte da contratante, da área ou local para realização dos serviços objeto deste contrato;

6.4.3. Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela contratante, decorrentes dos trabalhos medidos e regularmente comprovados, exceto em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

6.4.4. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, impeditivos da execução deste contrato.

6.5. Declarada a rescisão, a contratada receberá da contratante, sem prejuízo das sanções a que estiver sujeita, apenas o pagamento dos trabalhos realizados, devidamente medidos e atestados pela fiscalização e, sendo de interesse das partes, o pagamento pelo preço de aquisição regularmente comprovado dos equipamentos depositados no local dos trabalhos.

6.6. Na hipótese de rescisão administrativa, a contratada, reconhece, neste ato, os direitos da contratante, previstos no art. 80, incisos I a IV e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

6.7. Na hipótese de suspensão, o prazo contratual recomeçará a contar, pelo lapso de tempo que faltava para sua complementação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O objeto do contrato somente será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

7.1.1. A Fiscalização da contratante determinará e a contratada se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que tenham vício, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.2. A Fiscalização, ao considerar o objeto do contrato concluído, comunicará o fato à autoridade superior, mediante parecer circunstanciado, que servirá de base à lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

7.3. O Termo de Recebimento Provisório deverá ser lavrado “ex officio”, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, por meio da Unidade Fiscalizadora, mediante termo circunstanciado e assinado pelas Partes, dentro dos 15 (quinze) dias corridos que se seguirem ao término do prazo contratual, e / ou execução dos serviços contratuais.

7.4. O objeto será recebido definitivamente por servidor ou Comissão a ser designada pela Administração, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria e transcurso do prazo de observação de até 90 dias, nos termos do artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.



7.5. A responsabilidade da contratada pela qualidade, correção e segurança dos serviços executados subsistirá, na forma da Lei, mesmo após seu recebimento definitivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Em caso de inexecução total ou parcial deste ajuste, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legais, as quais só deixarão de ser aplicadas nos casos expressamente comprovados, pela Contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual, ou manifestação da Unidade Gerenciadora informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração:

8.1.1. Multa por dia de atraso, em relação aos prazos fixados: 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total do contrato;

8.1.2. Multa por descumprimento de cláusula contratual: 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato;

8.1.3. Multa por inexecução parcial do contrato: 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

8.1.4. Multa por inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

8.2. As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.

8.3. As importâncias relativas às multas poderão ser descontadas do primeiro pagamento a que tiver direito a contratada.

8.4. Em ocorrendo superveniência de normas federais ou municipais que concedam direito de reajuste dos preços contratuais, o valor das multas será atualizado, pelas mesmas regras, até a data da aplicação da penalidade.

8.5. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93.

8.6. Caso os serviços prestados não correspondam às especificações exigidas no contrato, a contratada deverá adequá-los àquelas, no prazo estabelecido pela Fiscalização, sob pena de aplicação da penalidade cominada para a hipótese de inexecução total.

8.7. **Conformidade com o marco legal anticorrupção.** A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, “§1º-A” do art. 3º do Decreto Municipal 44.279/2003 incluído pelo Decreto Municipal nº 56.633/2015, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9. CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1. A contratada depositou a garantia exigida para a execução do presente instrumento contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por meio do formulário nº 0049614/2022 de 17/08/2022 no valor de R\$ 12.123,99 (Doze mil, cento e vinte e três reais e noventa e nove centavos.) conforme prevista no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A garantia prestada poderá ser substituída, mediante requerimento da contratada, respeitadas as modalidades previstas no Edital, ou seja: moeda corrente nacional, Letras do Tesouro Municipal, seguro-garantia ou fiança bancária.

9.3. Sempre que o valor contratual for aumentado, em decorrência de termo aditivo, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, de forma que esta corresponda sempre ao mesmo percentual estabelecido na subcláusula 9.1.

9.4. O não cumprimento desta exigência ensejará a aplicação da penalidade prevista para o descumprimento de cláusula contratual.

9.5. Recebido o objeto deste contrato, a garantia prestada será, mediante requerimento, devolvida à contratada.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS

10.1. O valor total do presente contrato importa em R\$ 242.479,78 (Duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos).

10.2. As despesas correspondentes deverão onerar a dotação orçamentária nº 62.10.15.451.3022.1.170.4.4.90.51.00.00 do presente exercício.

10.3. Quando o prazo contratual abranger mais de um exercício financeiro, será observado o Princípio da Anualidade Orçamentária.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Municipal nº 13.278/2002, à Lei Federal nº 8.666/1993, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

11.2. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

11.3. Quaisquer tratamentos de dados pessoais realizados no bojo do presente CONTRATO, ou em razão dele, deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Decreto Municipal nº 59.767/2020, e demais normas complementares expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e pela CONTRATANTE".

11.4. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE, por meio do Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 horas da ciência do fato, a ocorrência de qualquer situação que possa acarretar potencial ou efetivo risco ou dano aos titulares dos dados pessoais, e/ou que não esteja de acordo com os protocolos e normas de proteção de dados pessoais.

11.5. Fica vedado a fornecedores e prestadores de serviço o compartilhamento de dados pessoais, em virtude de contrato com a PMSF, bem como sua utilização de modo diverso aquele previsto em contrato.

11.6. Elege as partes o foro da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, mais precisamente o Juízo Privativo das Varas da Fazenda Pública, para dirimir eventual controvérsia decorrente do presente ajuste, o qual preferirá a qualquer outro, por mais privilegiado que possa se afigurar.



11.7. E, por estarem justas e contratadas, exaram as partes suas assinaturas no presente instrumento, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, extraído em 02 (duas) vias de igual teor.

São Paulo, 19 de Agosto de 2022.

CONTRATANTE

CONTRATADA

JOEL BOMFIM DA SILVA
SUBPREFEITO
SUB-EM

NELSON RICARDO CALVO AMARAL
RG. 49.381.078-X

TESTEMUNHAS

NOME: ANDRÉ LUIZ MIRANDA SILVA RG nº: 18528667-7

NOME: ANTÔNIO CARLOS HELENO DE OLIVEIRA RG nº: 29193791-3